



COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2023 (Do Sr. Amom Mandel)

*Requer realização de audiência
pública sobre o Fundo Amazônia.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, combinado com o inciso III do art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater sobre o Fundo Amazônia e as perspectivas internacionais com a recriação do Comitê Orientador do Fundo Amazônia - COFA.

Para que possamos aprofundar o debate sobre o tema, solicitamos sejam convidados:

- Sra. Maria Osmarina Marina da Silva Vaz e Lima – Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira – Ministro das Relações Exteriores; e
- Sr. Aloizio Mercadante Oliva – Presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

JUSTIFICAÇÃO

O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. Também apoia o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento no restante do Brasil e em outros países tropicais.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **AMOM MANDEL – CIDADANIA/AM**

Apresentação: 11/05/2023 10:50:07.747 - CMAD9

REQ n.52/2023

Criado em 2008, o Fundo Amazônia recebeu, em 10 anos de operação, R\$3,3 bilhões em doações, o que cessou em 2019. Enquanto funcionou, foram financiados 102 projetos, a um custo de R\$1,8 bilhão. De acordo com o BNDES, que gerencia a aprovação e contratação de projetos, existiam R\$3,6 bilhões ainda em caixa até dezembro passado.

Em 2019, o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), que estabelece as diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia, e o comitê técnico do Ibama, que acompanhava a execução da verba, foram suspensos. Por causa da medida, os governos da Noruega e Alemanha, principais doadores, decidiram suspender os repasses. E, sem uma estrutura de governança definida, o fundo passou a ficar paralisado. A situação permaneceu assim até o último dia 1º de janeiro, quando foi recriado a COFA por meio de decreto nº 11.368, de 2023. Desde então, o BNDES, passou a dar suporte à recomposição do COFA, o que permitiu o retorno das doações.

Durante os 10 anos que operou, o fundo recebeu aporte de dois governos estrangeiros: Noruega e Alemanha. Além disso, houve doações menores da Petrobrás.

Durante o último Fórum Econômico Mundial de Davos, a ministra Marina Silva se encontrou com potenciais doadores para articular o aumento de repasses. Um dos novos nomes citados durante o evento, há duas semanas, foi a Fundação Leonardo Di Caprio, que demonstrou interesse em doar 100 milhões de dólares. O governo do Reino Unido também já avisou que está avaliando realizar aportes.

Tendo em vista que o tema é de grande relevância e diante do exposto, solicitamos o apoio do requerimento pelos pares.

Sala da Comissão, em de 2023.

Deputado Amom Mandel
(Cidadania/AM)

